



2º Simulado

SEAP PA

Policial Penal - Pós-edital

Simulado Especial

Simulado – SEAP (Policial Penal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do SEAP Policial Penal;
- 2 – A prova contém **50 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do Banco do Brasil.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEAP-PA-Policial-Penal-15-08>

- | | |
|--------------|--------------|
| 01 – A B C D | 26 – A B C D |
| 02 – A B C D | 27 – A B C D |
| 03 – A B C D | 28 – A B C D |
| 04 – A B C D | 29 – A B C D |
| 05 – A B C D | 30 – A B C D |
| 06 – A B C D | 31 – A B C D |
| 07 – A B C D | 32 – A B C D |
| 08 – A B C D | 33 – A B C D |
| 09 – A B C D | 34 – A B C D |
| 10 – A B C D | 35 – A B C D |
| 11 – A B C D | 36 – A B C D |
| 12 – A B C D | 37 – A B C D |
| 13 – A B C D | 38 – A B C D |
| 14 – A B C D | 39 – A B C D |
| 15 – A B C D | 40 – A B C D |
| 16 – A B C D | 41 – A B C D |
| 17 – A B C D | 42 – A B C D |
| 18 – A B C D | 43 – A B C D |
| 19 – A B C D | 44 – A B C D |
| 20 – A B C D | 45 – A B C D |
| 21 – A B C D | 46 – A B C D |
| 22 – A B C D | 47 – A B C D |
| 23 – A B C D | 48 – A B C D |
| 24 – A B C D | 49 – A B C D |
| 25 – A B C D | 50 – A B C D |

PORTUGUÊS

Luciana Uhren

Leia o texto com atenção e responda ao que se pede no comando das questões.

Para mais ou para menos

Nesta enquete eleitoral a margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos (23/10/2005)

O estatístico acordou e, como sempre o fazia, espiou pela janela. Céu nublado. Deveria levar o guarda-chuva? Com base em sua experiência pregressa avaliou a possibilidade de chuva em 38%, com uma margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Decidiu não levar o guarda-chuva, mesmo porque já havia esquecido três ou quatro no escritório.

A mulher dormia ainda e ele decidiu não acordá-la; professora universitária, ela tinha ficado até meia-noite corrigindo trabalhos. Merecia o descanso. E de repente uma pergunta lhe ocorreu: será que ainda se amavam? Qual era a possibilidade de que isso acontecesse depois de quinze anos, três meses e oito dias de casamento, depois de dois filhos, um com treze anos, seis meses e sete dias, outro com dez anos, dois meses e vinte dias? Poderia arriscar uma cifra, mas decidiu não fazê-lo, mesmo porque estava atrasado. Engoliu rapidamente o café (frio: cerca de 32 graus, concluiu, e não costumava errar: sua chance de acertar a temperatura dos líquidos era cerca de 91%, com uma margem de dois pontos percentuais para mais ou para menos). Desceu para a garagem do prédio e entrou no carro, um velho Gol. O motor não quis pegar, e por um momento ele temeu que o automóvel o deixasse na mão. Mas as chances de isso acontecer eram de apenas 12%, com uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos, e logo ele estava no trânsito, congestionado como sempre. Estimou a sua chance de chegar no horário em 72%, com uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos. De fato, às nove em ponto estava sentado à sua mesa.

Tinha várias pesquisas para examinar naquele dia. As chances de uma marca de sabão ser preferida em relação à outra, as chances de um candidato à presidência de empresa ser eleito em relação a outro. Um trabalho a que estava habituado e que em geral transcorria com facilidade; as chances de concluir a análise de uma pesquisa em duas horas e trinta e oito minutos eram de 83%, com uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos. O fato, porém, é que uma pergunta o atormentava: será que ainda amava a esposa? Na semana anterior a empresa havia

admitido uma nova estatística, moça simpática e linda que fizera balançar seu coração.

Naquele momento o telefone tocou. Era a mulher: só queria dizer que o amava. E ele, jubiloso, concluiu que também a amava. As chances eram de 100%. Com uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais, só para mais.

(SCLIAR, M. Para mais ou para menos. In: **Histórias que os jornais não contam**. Rio de Janeiro: Agir, 2009. p. 121-122.).

01. Na crônica, o autor:

- a) Desenvolve argumentação sobre a carreira dos estatísticos e seu vício de calcular aspectos cotidianos.
- b) Questiona os critérios utilizados em pesquisa de intenção de voto e nas pesquisas de popularidade.
- c) Ironiza a vida do personagem que, por ser estatístico, admite não mais amar a própria mulher.
- d) Estabelece uma relação entre os fatos narrados e as pesquisas que apresentam margem de erro.

02. Os acentos nos vocábulos do seguinte excerto "*Na semana anterior a empresa havia admitido uma nova estatística, moça simpática e linda que fizera balançar seu coração*" justificam-se:

- a) Por serem ambas palavras proparoxítonas terminadas em -A.
- b) Por serem ambas as palavras proparoxítonas.
- c) Por serem palavras no singular.
- d) Por serem ambas palavras oxítonas.

03. O uso do acento indicativo de crase está correto no excerto "*às nove em ponto estava sentado à sua mesa*" assim como em:

- a) Ela faz curso de formação superior à distância.
- b) O diretor referiu-se à nova secretária como sua aliada política.
- c) Todos fomos à pé para casa devido à greve dos motoristas.
- d) O comunicado foi divulgado à todos os envolvidos.

04. Analise a estrutura: "A mulher dormia ainda e ele decidiu não acordá-la" e assinale a resposta correta:

- a) La é objeto direto.
- b) Dormia é adjunto adnominal.
- c) Mulher é adjunto adnominal.
- d) Ele é complemento verbal.

05. Os dois pontos no último parágrafo do texto introduzem:

- a) Um diálogo.
- b) Uma oração conclusiva.
- c) Uma complementação da informação anterior.
- d) Uma retificação de informação já apresentada.

Utilize o excerto seguinte para responder às questões 6, 7 e 8: "Poderia arriscar uma cifra, mas decidiu não fazê-lo, mesmo porque estava atrasado".

06. O excerto apresenta, em relação à norma-padrão:

- a) Falha de regência.
- b) Colocação pronominal facultativa.
- c) Excesso de pontuação.
- d) Flexão verbal indevida.

07. Em "poderia arriscar uma cifra" a forma verbal está conjugada no:

- a) Futuro do pretérito.
- b) Futuro do presente.
- c) Pretérito perfeito.
- d) Pretérito imperfeito.

08. O sujeito das formas verbais que aparecem na sentença é:

- a) Inexistente.
- b) Indeterminado.
- c) Desinencial.
- d) Composto.

09. A característica que, segundo o **Manual de Redação da Presidência da República**, se refere à "ausência de impressões individuais de quem comunica" (MRPR, 2018, p. 20) é:

- a) Informalidade.
- b) Credibilidade.
- c) Simplicidade.
- d) Impessoalidade.

10. Em razão de seu caráter público e de sua finalidade, os atos normativos e os expedientes oficiais, segundo o **Manual de Redação da Presidência da República**, exigem uso:

- a) De jargões do meio oficial.
- b) De expressões coloquiais.
- c) Da norma culta.
- d) De expressões rebuscadas.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

11. No que se refere à imputabilidade penal, em regra, o direito penal brasileiro adota o sistema

- a) biopsicológico.
- b) psicológico.
- c) psicanalítico.
- d) biológico.

12. Considerando as disposições do Código Penal em relação ao concurso de pessoas, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- b) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- c) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- d) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.

13. Acerca dos crimes contra a pessoa, disciplinados no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) São crimes contra a pessoa: o homicídio, o infanticídio, o aborto e o latrocínio.
- b) A pena mínima do infanticídio é maior do que a pena mínima do homicídio simples doloso
- c) Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- d) O aborto com consentimento é sempre permitido até o terceiro mês da gestação.

14. Considerando as seguintes alternativas, assinale a correta.

- a) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- b) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- c) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.
- d) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Ivo Martins

15. De acordo com a legislação pertinente e a jurisprudência dos tribunais superiores, transitada em julgado a sentença penal condenatória ou absolutória imprópria e iniciada a fase da execução penal.

- a) o condenado deverá ser citado no processo de execução da pena se tiver sido condenado a pena privativa de liberdade.
- b) o processo de execução deverá desenvolver-se mediante provocação da parte, sendo vedado o provimento por impulso oficial do juízo da execução.
- c) será facultada ao ofendido ou aos seus sucessores a participação nas fases jurisdicionais do procedimento executório mediante habilitação nos autos.

d) competirá ao juízo estadual de execução penal a execução das penas impostas aos sentenciados pela justiça militar quando estes forem recolhidos em estabelecimentos prisionais estaduais.

16. Assinale a alternativa correta sobre a Lei de Execução Penal.

- a) A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até dez dias. A inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado, no interesse da disciplina e da averiguação do fato, dependerá de despacho do juiz competente.
- b) O tempo de isolamento ou inclusão preventiva no regime disciplinar diferenciado não será computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.
- c) A decisão judicial sobre inclusão de preso em regime disciplinar será precedida de manifestação do Ministério Público e da defesa e prolatada no prazo máximo de trinta dias.
- d) A autorização para saída temporária será concedida por prazo não superior a dez dias, podendo ser renovada por mais quatro vezes durante o ano.

17. De acordo com a Lei de Execução Penal, é correto afirmar:

- a) Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa
- b) A critério do gestor da unidade, poderá ser destinado, no estabelecimento prisional, um local apropriado para os cultos religiosos.
- c) A assistência religiosa será prestada aos presos e aos internados como forma de ressocialização e como um indicativo para a progressão da pena.
- d) A posse de livros de instrução religiosa somente será permitida nos locais próprios para os cultos religiosos.

18. Sobre a disciplina na execução penal, é correto afirmar que

- a) o emprego de cela escura é permitido apenas em regime disciplinar diferenciado desde que autorizado pelo juiz competente.
- b) a tentativa é impunível em razão de escolha legislativa de minoração dos efeitos criminógenos do cárcere.
- c) a concessão de regalias ao preso como forma de recompensa ao seu bom comportamento é proibida em razão da violação do princípio da igualdade.
- d) o direito de receber visitas pode ser suspenso como consequência da prática de falta grave em ato fundamentado do diretor da unidade prisional

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

19. Segundo prevê a Lei Complementar Estadual 8.937/2019, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará é:

- a) fundação que tem por missão institucional planejar, coordenar, implementar, fiscalizar e executar a custódia, reeducação e reintegração social de pessoas presas.
- b) autarquia do Estado do Pará, vinculada ao Governador do Estado.
- c) órgão da Administração Direta do Poder Judiciário.
- d) órgão da Administração Direta do Poder Executivo, subordinada diretamente ao Governador do Estado.

20. A respeito do Conselho Penitenciário do Pará, é INCORRETO afirmar que:

- a) consiste em órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena.
- b) é composto por 7 membros efetivos, com igual número de suplentes.
- c) seus integrantes exercem mandato pelo período de 4 anos.
- d) seu Presidente é necessariamente o titular da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

21. Considerando o disposto na Lei 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- a) Havendo lesão ao patrimônio público, ainda que sem dolo ou culpa do agente, se dará o integral ressarcimento do dano.
- b) Se o ato de improbidade administrativa ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar diretamente ao respectivo Tribunal de Justiça, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não estará sujeito às cominações da Lei de Improbidade.
- d) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

22. Aponte o item que NÃO indica uma entidade da Administração Indireta:

- a) Autarquias.
- b) Fundações Públicas.
- c) Entidades paraestatais.
- d) Sociedades de Economia Mista.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

23. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos contidos na Constituição da República, é CORRETO afirmar:

- a) É livre a manifestação do pensamento, sendo o anonimato permitido por tratar-se de preservação da integridade da pessoa.
- b) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, ou, se assim a pessoa preferir, indenização por dano material, moral ou à imagem.
- c) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, mesmo que por ordem judicial.

24. Sobre os princípios constitucionais do Direito Penal, marque a única alternativa ERRADA:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- b) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- c) A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.
- d) A prática do racismo constitui crime afiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

25. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

- I. tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;
- II. adquirir outra nacionalidade, salvo no caso de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira;
- III. adquirir outra nacionalidade, salvo no caso de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

Após a análise dos itens, marque a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item III está correto.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

26. Assinale a alternativa correta acerca do Poder Executivo:

- a) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.
- b) Se, decorridos 10 (dez) dias da data marcada para a posse, o Presidente da República não tiver assumido o cargo, este será imediatamente ocupado pelo Presidente do Senado Federal, até a realização de novas eleições.

- c) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- d) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a dez dias, sob pena de perda do cargo.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

27. Em relação ao inquérito policial, julgue os itens subsequentes.

- I) Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.
- II) O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- III) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- IV) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

Assinale a alternativa correta.

- a) V, V, V, F.
- b) V, V, F, F.
- c) F, V, F, V.
- d) V, V, F, V.

28. Acerca dos temas Ação Penal e Provas, assinale a alternativa correta.

- a) Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado de ofício pela autoridade policial.
- b) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora e, quando não for possível, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- c) O Ministério Público poderá desistir da ação penal a qualquer tempo, desde que justificadamente.
- d) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva, por exemplo, violência contra criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência.

29. São critérios de determinação da competência jurisdicional, exceto:

- a) a distribuição;
- b) a natureza da infração;
- c) serendipidade;
- d) a conexão ou continência;

30. Sobre prisões, assinale o item correto.

- a) Nas hipóteses de captura em flagrante delito, o preso deve ser apresentado à autoridade policial da localidade onde se deu a detenção. Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar onde o crime se consumou.
- b) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito somente após cessar a permanência.
- c) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- d) Decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Alexandre Herculano

31. Segundo a Resolução conjunta Nº 1, DE 15 DE ABRIL DE 2014, a transferência compulsória entre celas e alas ou quaisquer outros castigos ou sanções em razão da condição de pessoa LGBT são considerados tratamentos desumanos e degradantes.

- a) são considerados tratamentos desumanos e degradantes.
- b) são considerados tratamentos normais como os demais presos.
- c) são considerados tratamentos ofensivos ao Estado Jurídico.
- d) são considerados tratamentos desumanos, cabendo prisão simples.

32. Segundo a Resolução conjunta Nº 1, DE 15 DE ABRIL DE 2014, será garantido à pessoa LGBT, _____, o acesso e a continuidade da sua formação educacional e profissional sob a responsabilidade do Estado.

- a) em igualdade absoluta
- b) em igualdade de condições
- c) em igualdade relativa
- d) sem condições financeiras

33. Segundo a Resolução conjunta Nº 1, DE 15 DE ABRIL DE 2014, o Estado deverá garantir a capacitação continuada aos profissionais dos estabelecimentos penais considerando a perspectiva dos direitos humanos e os princípios de igualdade e não discriminação,

- a) salvo em relação à orientação sexual e identidade de gênero.
- b) inclusive em relação à identidade de gênero, mas não à orientação sexual.
- c) inclusive em relação aos detentos provisórios.
- d) inclusive em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

34. Segundo a Resolução conjunta Nº 1, DE 15 DE ABRIL DE 2014, será garantido _____, em igualdade de condições, o benefício do auxílio-reclusão aos dependentes do segurado recluso, inclusive ao cônjuge ou companheiro do mesmo sexo.

- a) à pessoa LGBT
- b) à pessoa detenta
- c) ao preso provisório
- d) ao preso permanente

35. Marque a opção INCORRETA com base na Portaria SUSIPE nº 1.242 de 10/11/2009.

- a) A liberação de visitas íntimas dependerá da expedição prévia de credencial de visitante para pessoa que se declare companheiro (a) ou namorado (a) do preso (a).
- b) A credencial de visitante terá validade de 1 ano, sendo que, após decurso desse prazo, deverá ser revalidada, sob pena de suspensão das visitas.
- c) Autorizar, em todos os estabelecimentos prisionais do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, de regime fechado e semi-aberto, a visita íntima para presos, de ambos os sexos, de pessoas com quem mantenha relacionamento homoafetivo.
- d) Em caso de desistência ou pedido de cancelamento de credencial, somente será concedida nova credencial, para outra pessoa que venha declarar-se de namorado (a) ou companheiro (a) do preso, após 30 dias.

36. Está preconizado no art. 2º da Lei nº 13.869/19, “é sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a”:

- I. Servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas. II. Membros do Poder Legislativo. III. Membros do Poder Executivo. IV. Membros do Poder Judiciário. V. Membros do Ministério Público. VI. Membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Estão CORRETAS:

- a) III, IV, V e VI.

b) I, II, V e VI.

c) I, II, III, IV e V.

d) I, II, III, IV, V e VI.

37. Analise as afirmativas abaixo com fundamento na Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1977, que define os crimes de tortura e dá outras providências.

- 1. Aumenta-se a pena do crime de tortura de um sexto até um terço se o crime é cometido mediante sequestro.
- 2. A pena para o crime de tortura, quando resulta morte, é de reclusão de oito a doze anos.
- 3. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- 4. O condenado por crime de tortura, quando resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.

b) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

c) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

d) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

38. Determinada conduta configurará organização criminosa somente se

- a) o objetivo exclusivo dos agentes for o de obter vantagem de natureza patrimonial.
- b) a associação for ordenada para a prática da infração, ainda que inexistente a divisão de tarefas entre os agentes.
- c) os agentes cometerem infrações sujeitas a pena de reclusão.
- d) houver escalonamento hierárquico entre os agentes.

39. De acordo com a Lei nº 12.850/2013, considera-se Organização Criminosa:

- a) A associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- b) A associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- c) A associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 8 (oito) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- d) A associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 8 (oito) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

40. Acerca do que dispõe a Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013),

- a) a pena do crime de organização criminosa é aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), se houver participação de criança, adolescente ou idoso.
- b) a condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao cumprimento da pena.

c) não há incremento de pena do crime de organização criminosa no caso de, na atuação da organização criminosa, tiver sido empregada arma de fogo.

d) se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.

41. Assinale a alternativa correta quanto ao que se apresenta como direito do colaborador, previsto expressamente na Lei das Organizações Criminosas:

- a) ter nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservados
- b) usufruir das medidas socioeducativas previstas na legislação específica
- c) participar das audiências com contato visual com os outros acusados
- d) ser conduzido, em juízo, conjuntamente com os demais coautores e partícipes

42. De acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.613/1998, a pena base para os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores é de

- a) reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.
- b) reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa.
- c) detenção, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa.
- d) reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, ou multa

43. Segundo dispõe a Lei nº 9.613/1998, que trata dos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, o processo e julgamento dos crimes nela previstos

- a) obedecem às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com reclusão, da competência do juiz singular.
- b) dependem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, salvo as praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes previstos na Legislação específica a decisão sobre a unidade de processo e julgamento.
- c) são de Competência da Justiça Estadual.
- d) independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticadas em outro país, cabendo nesse caso ao Plenário do Supremo Tribunal Federal a decisão sobre a unidade de processo e julgamento.

44. Considerando-se a Lei nº 13.869/2019, sobre os crimes e as penas de abuso de autoridade, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

Decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado, manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo, terá pena de _____.

- a) detenção, de um a quatro anos, e multa
- b) multa, apenas
- c) detenção, de quatro a oito anos, apenas
- d) detenção, de um a quatro anos, apenas

45. A respeito da Lei no 9.455/1997 (Lei da Tortura), assinale a alternativa correta.

- a) A consumação se dá com o emprego de meios violentos, ocasionando sofrimento físico ou mental, englobando, inclusive, o mero aborrecimento, o qual é apto a configurar o crime de tortura.
- b) A tortura-castigo exige uma relação de guarda, poder ou autoridade entre o sujeito ativo e o passivo.

- c) A diferenciação entre a tortura e os maus-tratos é o elemento subjetivo. No crime de maus-tratos, não há o animus corrigendi, disciplinandi, já no crime de tortura, o agente tem esse ânimo, além de agir com ódio, com vontade de ver um sofrimento desnecessário, com sadismo.
- d) O objeto jurídico tutelado pela norma penal no crime de tortura é apenas a integridade corporal e a saúde física.

46. Analise as afirmativas abaixo com fundamento na Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1977, que define os crimes de tortura e dá outras providências.

- 1. Aumenta-se a pena do crime de tortura de um sexto até um terço se o crime é cometido mediante sequestro.
- 2. A pena para o crime de tortura, quando resulta morte, é de reclusão de oito a doze anos.
- 3. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- 4. O condenado por crime de tortura, quando resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- b) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

47. Um dos efeitos previstos na Lei nº 9.613/1998, para a condenação por crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, é a interdição do exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza e de diretor, de membro de conselho de administração ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no art. 9º. Assinale a alternativa que apresenta, de forma correta, o prazo máximo para essa interdição.

- a) 5 (cinco) anos.
- b) O triplo do prazo da pena privativa de liberdade.
- c) A metade do prazo da pena privativa de liberdade.
- d) O dobro do prazo da pena privativa de liberdade.

48. A lavagem de dinheiro é uma das ações realizadas para tentar tornar lícito um dinheiro proveniente de atividades ilícitas. Para ajudar na prevenção e combate a esse tipo de crime, a Lei nº 9.613/1998, dentre outras ações, determina que as instituições financeiras devem

- a) identificar seus clientes e manter o cadastro atualizado.
- b) identificar as cédulas de dinheiro, mantendo seu registro atualizado.
- c) instalar portas eletrônicas com detector de metais.
- d) instalar câmeras nos caixas eletrônicos.

49. De acordo com o que dispõe a Lei nº 9.613/1998, a multa pecuniária aplicável às pessoas referidas no seu art. 9º, bem como aos administradores das pessoas jurídicas, que deixem de cumprir as obrigações previstas nos arts. 10 e 11 da mesma Lei, não poderá ser superior

- a) ao valor da operação.
- b) ao lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação.
- c) ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- d) ao triplo do valor da operação.

50. Nos termos da Lei no 12.683/12, que alterou a Lei nº 9.613/98, é correto afirmar que em caso de indiciamento de servidor público,

- a) este será afastado, sem prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.
- b) não haverá afastamento, tampouco prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei.
- c) haverá afastamento, com prejuízo de trinta por cento em sua remuneração, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.
- d) haverá afastamento, com prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize o seu retorno.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-SEAP-PA-Policial-Penal-15-08>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>